

O CD deliberou aprovar.

Teresa Fernandes

Assinado de forma digital por Teresa Fernandes
DN: c=PT, title=Presidente do Conselho Diretivo,
o=Instituto de Gestão Financeira da Segurança
Social IP, ou=Teresa Fernandes
Data: 2022.03.24 15:02:14 Z

Ao CD, para aprovação.

2022.03.23

A Vogal do CD

Sara Maria Murta Ribeiro

Digitally signed by Sara Maria Murta Ribeiro
DN: c=PT, o=Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social IP, ou=Sara Maria Murta
Ribeiro
Date: 2022.03.23 16:52:51 Z

PROGRAMA DE CONCURSO

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECEÇÃO DE
VALORES DEVIDOS À SEGURANÇA SOCIAL
ATRAVÉS DE TERMINAIS DE PAGAMENTO
AUTOMÁTICO (TPA) NAS TESOURARIAS DO
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (ISS)**

**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL
Nº 1001/21/0000100**

ÍNDICE

ARTIGO 1.º – OBJETO	1
ARTIGO 2.º – ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE	1
ARTIGO 3.º – ÓRGÃO COMPETENTE	1
ARTIGO 4.º – CONCORRENTES	1
ARTIGO 5.º – PLATAFORMA ELETRÓNICA	1
ARTIGO 6.º – PREÇO BASE	1
ARTIGO 7.º – PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	2
ARTIGO 8.º – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS	2
ARTIGO 9.º – DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA	2
ARTIGO 10.º – PROPOSTAS VARIANTES	3
ARTIGO 11.º – NEGOCIAÇÃO	3
ARTIGO 12.º – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	3
ARTIGO 13.º – ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS	4
ARTIGO 14.º – EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS	4
ARTIGO 15.º – AUDIÊNCIA PRÉVIA	4
ARTIGO 16.º – ESCOLHA DO ADJUDICATÁRIO	5
ARTIGO 17.º – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
ARTIGO 18.º – CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES	5
ARTIGO 19.º – MODOS DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO	5
ARTIGO 20.º – LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO PRESTADA PARA GARANTIR OBRIGAÇÕES	6
ARTIGO 21.º – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO	6
ARTIGO 22.º – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	6

ANEXO I - MODELOS DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECEÇÃO DE VALORES DEVIDOS À SEGURANÇA SOCIAL ATRAVÉS DE TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO (TPA) NAS TESOURARIAS DO INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (ISS)

CPV: 66110000-4 - SERVIÇOS DE BANCA

ARTIGO 1.º – OBJETO

1. O presente programa de concurso tem por objeto principal a aquisição de serviços associados ao banco de apoio para receção de valores devidos à Segurança Social através de Terminais de Pagamento Automático (TPA) instalados nas tesourarias do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), de acordo com as especificações técnicas do caderno de encargos.
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos Contratos Públicos - Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) a presente prestação de serviços tem a seguinte classificação: 66110000-4 - Serviços de banca.

ARTIGO 2.º – ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE

A entidade pública contratante é o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., adiante designado IGFSS, com sede na Av. Manuel da Maia, n.º 58, 1049-002 Lisboa, com os números de telefone 21 843 33 00, de fax 21 843 37 12 e correio eletrónico igfss-dga-dai@seg-social.pt.

ARTIGO 3.º – ÓRGÃO COMPETENTE

O presente procedimento foi aberto na sequência da deliberação do Conselho Diretivo do IGFSS, de xxxxx de xxxx de 2021, no uso de competência delegada, nos termos dos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e com a alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

ARTIGO 4.º – CONCORRENTES

1. Podem apresentar proposta as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Os concorrentes devem possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato a celebrar.

ARTIGO 5.º – PLATAFORMA ELETRÓNICA

Todo o procedimento relativo à contratação da prestação de serviços objeto do presente concurso público será desenvolvido através da plataforma eletrónica www.acingov.pt.

ARTIGO 6.º – PREÇO BASE

1. O preço base unitário para o procedimento é de 0,70 EUR (setenta centimos) por cada registo, a que acresce IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço máximo que o IGFSS se dispõe a pagar pela prestação de serviços associados à aquisição de serviços de banco de apoio para receção de valores devidos à Segurança Social através de Terminais de Pagamento Automático (TPA) instalados nas tesourarias do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS) é de 1.290.945,60 EUR (um milhão, duzentos e noventa mil,

novecentos e quarenta e cinco euros e sessenta cêntimos) , a que acresce IVA à taxa legal em vigor, para o período máximo de vigência do contrato de 36 (trinta e seis) meses.

3. O valor máximo de cada proposta deverá ter em consideração o número de 1.844.208 transações estimado para o período máximo de vigência do contrato, conforme indicado no n.º 2 da resultante da aplicação do preço unitário ao número de registos apresentados na cláusula 20.ª do caderno de encargos.
4. Os preços referidos nos números um e dois incluem os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao IGFSS, nomeadamente as despesas com meios humanos, despesas de manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, em que o cocontratante haja de incorrer em virtude da execução das obrigações que para aquele emergem do presente caderno de encargos e do contrato.

ARTIGO 7.º – PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. As propostas e os documentos que instruem a proposta de preço deverão ser enviados através da plataforma www.acingov.pt, até às 23:59h do 30.º dia, contado a partir da data de envio do anúncio para publicação.
2. A data limite fixada no n.º 1 pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o programa do procedimento ou o caderno de encargos não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
3. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do concurso.
4. O prazo previsto para a apresentação de propostas não se suspende aos sábados, domingos ou feriados.

ARTIGO 8.º – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

1. Os interessados podem solicitar esclarecimentos, bem como apresentar lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por si detetados, através da plataforma www.acingov.pt, relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos durante o primeiro terço do prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior.
2. Os esclarecimentos devem ser prestados pelo júri, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados até ao fim do segundo terço do prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior, considerando-se rejeitados todos os que, até final deste prazo, não sejam expressamente aceites.

ARTIGO 9.º – DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - 1.1 **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, conforme modelo pré-preenchido a disponibilizar pelo IGFSS na plataforma de contratação de suporte ao procedimento de contratação www.aicngov.pt, o qual deverá ser completado on-line no sítio <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt> por cada concorrente com as informações que lhe digam respeito;

- 1.2 **Documento que contenha os atributos da proposta de acordo** com os quais o concorrente se dispõe a contratar, identificando designadamente:
- 1.2.1. O preço global da proposta;
 - 1.2.2. O preço unitário (custo fixo), expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o expresso por extenso;
 - 1.2.3. Taxa de custo variável por transação, com indicação dos limites máximo e mínimo, sendo que o custo mínimo é no máximo de 0,05 € e o custo máximo é no máximo de 1 €;
 - 1.2.4. Custo fixo unitário;
 - 1.2.5. Mensalidade por TPA.
- 1.3 **Documentos exigidos pelo presente programa de concurso que contenham os termos ou condições**, relativos a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais o IGFSS pretende que o concorrente se vincule:
- 1.3.1. Condições de pagamento;
 - 1.3.2. Prazo de manutenção da proposta.
2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, por os considerar indispensáveis.
3. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa.
4. A proposta, bem como todos os documentos a esta associados, devem ser assinados eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes legais, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 (sessenta e seis) dias contados da data limite para a sua entrega.

ARTIGO 10.º – PROPOSTAS VARIANTES

- 1. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.
- 2. Para efeitos do presente concurso, proposta com variantes é aquela que apresenta diferenças em relação à proposta base.

ARTIGO 11.º – NEGOCIAÇÃO

Não haverá lugar à negociação da proposta.

ARTIGO 12.º – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa de acordo com a modalidade monofactor - avaliação do preço global enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2. Exclusivamente para efeitos de ordenação das propostas, em sede de avaliação das mesmas, para apurar o preço global de cada proposta, o valor (PG) é apurado pela fórmula seguinte, com resultado apresentado em 2 (duas) casas decimais:

$PG = (M \cdot TPA) \cdot 36 + CV \cdot (VMT1 \cdot NTE1 + VMT2 \cdot NET2 + VMT3 \cdot NTE3) + CF \cdot (NTE1 + NTE2 + NTE3)$, onde:

- **M** – Mensalidade;
- **TPA** – Nº de TPA instalados;
- **CV** – Custo variável unitário (%) com limites mínimos de 0,05€ e máximo de 1€;
- **VMT1, VMT2 e VMT3** – Valor médio por transação em função da distribuição do n.º de transações aplicando-se os limites mínimos de 0,05€ e máximo de 1€;
- **NTE1, NTE2 e NTE3** – Número de transações estimadas para 36 meses aplicando-se os limites mínimos de 0,05€ e máximo de 1€;
- **CF** – Custo fixo unitário

3. Em caso de igualdade de preços serão utilizados os seguintes critérios de desempate, pela ordem apresentada:

- 3.1. A proposta que apresentar a mensalidade mais baixa;
- 3.2. A proposta que apresentar o custo variável mais baixo;
- 3.3. A proposta que apresentar o custo fixo mais baixo;
- 3.4. Sorteio presencial em ato público, na sede o IGFSS, em data a comunicar aos concorrentes, para a ordenação das propostas.

ARTIGO 13.º – ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos que considere necessários sobre as propostas apresentadas para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados fazem parte integrante das propostas desde que não contrariem elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos.
3. Todos os concorrentes devem ser notificados dos esclarecimentos referidos nos números anteriores.

ARTIGO 14.º – EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS

São excluídas as propostas:

1. Apresentadas por concorrentes relativamente aos quais o IGFSS tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
2. Que não cumpram o disposto nos artigos 9.º a 11.º do presente programa de procedimento;
3. Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos;
4. Cuja análise revele a impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos seus atributos;
5. Que o contrato a celebrar implique a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
6. Que revelem a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.

ARTIGO 15.º – AUDIÊNCIA PRÉVIA

1. A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.
2. Os concorrentes têm 5 (cinco) dias, após a notificação do relatório preliminar, para se pronunciarem sobre o mesmo.

ARTIGO 16.º – ESCOLHA DO ADJUDICATÁRIO

1. Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar, com base no relatório final elaborado pelo júri, decide sobre a aprovação de todas as propostas para efeitos de adjudicação.
2. A decisão de adjudicação acompanhada do relatório final de análise das propostas, é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
3. A minuta do contrato é notificada ao adjudicatário para efeitos de aceitação nos termos do artigo 100.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 17.º – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, no prazo de 5 (cinco) dias, deve o adjudicatário entregar os seguintes documentos de habilitação:
 - 1.1 Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação;
 - 1.2 Certidão emitida pelo Serviço de Finanças que ateste a sua situação contributiva regularizada;
 - 1.3 Certidão emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., que ateste que tem a sua situação regularizada perante a mesma;
 - 1.4 Certidão da Conservatória do Registo Comercial com a indicação dos representantes legais da Sociedade com poderes para proceder à outorga e a que título, pois caso seja por mandato, será necessário apresentar a respetiva procuração;
 - 1.5 Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (declaração de registo criminal dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e certificado de registo criminal da pessoa coletiva).
 - 1.6 Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas nos termos e para os efeitos do n.º 9 do citado artigo.
2. O IGFSS concede ao adjudicatário o prazo de 3 (três) dias para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que constituam motivo de caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 18.º – CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário obriga-se a prestar uma caução, de acordo com o anexo I, no valor de 5 % (cinco por cento) do montante correspondente ao preço contratual com exclusão do IVA.
2. O adjudicatário comprova que prestou a caução no prazo de 10 (dez) dias após a notificação da decisão de adjudicação.
3. O IGFSS pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais e contratuais pelo adjudicatário designadamente quando não proceda ao pagamento das multas contratuais ou dos prémios de seguro.
4. Sempre que o IGFSS utilize a caução, o adjudicatário deve proceder à reposição do seu montante integral no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data daquela utilização.

ARTIGO 19.º – MODOS DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

1. A caução pode ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante Garantia Bancária “On first demand” ou Seguro-Caução, conforme escolha do adjudicatário.

2. O depósito de dinheiro ou títulos efetua-se numa instituição de crédito, à ordem do IGFSS, devendo ser especificado o fim a que se destina.
3. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes devem ser avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na Bolsa de Valores de Lisboa ficar abaixo do par, caso em que a avaliação deve ser feita em 90% (noventa por cento) dessa média.
4. Se o adjudicatário prestar a caução mediante Garantia Bancária “*On first demand*”, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pelo IGFSS em virtude do incumprimento das obrigações por parte do adjudicatário.
5. Tratando-se de Seguro-Caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pelo IGFSS, em virtude de incumprimento das obrigações.
6. Das condições da Garantia Bancária ou da apólice de Seguro-Caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias do IGFSS, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução, ainda que não tenha sido pago o respetivo prémio.
7. Todas as despesas decorrentes da prestação das cauções são da responsabilidade do adjudicatário.

ARTIGO 20.º – LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO PRESTADA PARA GARANTIR OBRIGAÇÕES

1. O IGFSS promoverá a liberação da caução a que se refere o artigo anterior nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A demora na liberação da caução confere ao adjudicatário o direito de exigir ao IGFSS indemnização, designadamente pelos custos adicionais incorridos com a manutenção da caução prestada por período superior ao que seria devido.

ARTIGO 21.º – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar.
2. O adjudicatário fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo de 5 (cinco) dias após a sua receção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aceite a mesma minuta.
3. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação.

ARTIGO 22.º – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissa no programa de concurso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

ANEXO I
MODELOS DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

SEGURO CAUÇÃO Nº.....

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), um seguro-caução, até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% (cinco por cento) do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que a companhia de seguros garante, no caso de vir a ser chamada a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada por escrito a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem o expresse consentimento escrito da mesma e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

MINUTA DE GARANTIA BANCÁRIA

Garantia prestada a:

INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P., pessoa coletiva pública, número 500 715 505, com sede na Av. Manuel da Maia, nº 58, 1049-002 Lisboa, de ora em diante designado por **“BENEFICIÁRIO”**.

GARANTIA Nº. []

À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

O BANCO [denominação completa do BANCO], com sede social em, com o capital social de euros, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de €....., com o número de Matrícula e de Identificação de Pessoa Coletiva (de ora em diante referido por **“BANCO”**), a pedido da(identificação do cliente)..., (de ora em diante referido por **“ORDENADOR”**), sociedade por xxxxx, com sede em xxxxxx, na Rua xxxxxx, nº xxxx, código postal xxxxxxxxxxxx, registada na Conservatória do Registo Comercial de xxxxxxxx, com o número de Matrícula e de Identificação de Pessoa Colectiva xxxxxxxx, com um capital social de xxxxxxxx€, pelo presente documento, presta uma garantia bancária, até ao montante de xxxxxxxx € (xxxxxxxxxxxxx euros), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo ORDENADOR perante o BENEFICIÁRIO no âmbito do (identificação do procedimento), nos termos do n.º 6 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Pelo presente documento o **BANCO** acima identificado presta garantia total, autónoma, incondicional e irrevogável, à primeira solicitação, a favor do **BENEFICIÁRIO**, responsabilizando-se pelo pagamento ao **BENEFICIÁRIO** das importâncias que esta lhe exigir até ao montante supra-indicado, podendo ser utilizada parcialmente, mediante um ou mais pedidos escritos que o **BENEFICIÁRIO** lhe faça, mantendo-se em vigor e garantido o valor da diferença não utilizada, não podendo nenhum desses pagamentos ser recusado sob alegação da necessidade de averiguação prévia de incumprimento da sociedade supra identificada, nem ao **BENEFICIÁRIO** pode o **BANCO** opor quaisquer meios de defesa que o **ORDENADOR** poderia opor-lhe.

Esta garantia é, pois, de xxxxxxxx € (xxxxxxxxxxxxx euros), e é válida pelo prazo de 12 (doze) meses, renovável por iguais e sucessivos períodos, até comunicação escrita, subscrita pelo **BENEFICIÁRIO** e pelo **ORDENADOR**, da extinção das obrigações assumidas, não podendo a mesma cessar ou ser reduzida sem autorização prévia expressa do **BENEFICIÁRIO**.

Feita em, aos de de 20.....

(Selo branco do Banco e assinaturas com poderes para o efeito, reconhecidas pelo Banco)

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

